CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 45 • Sábado, 5 de Setembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO

A ECONOMIA VAI DITAR AS ELEIÇÕES NO BRASIL



PÁG. 2

ARTIGO

ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



OPERAÇÃO INDEPENDÊNCIA:
PRF reforça o combate à embriaguez ao volante em Pernambuco



PÁG. 3



POR DYOGO BASTOS
JORNALISTA

Entre a espera e o cuidado: Os desafios ocultos, o panorama social e os caminhos para a saúde mental no SUS PÁG. 4

Pernambuco inicia Operação Verão 2026 com reforço de mais de 12 mil lançamentos das forças de segurança

PÁG. 2



Prefeitura de Olinda abandona ruas e idosos acabam vítimas de crateras e buracos

PÁG. 5



Senado zera 'taxa das blusinhas' nas remessas internacionais de até US$ 50

PÁG. 3

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

PERNAMBUCO VOLTA AO EMPATE E SENADO COMEÇA A SEPARAR OS PELOTÕES

PÁG. 5



Antônio Campos leva ao Ministério Público de Contas da União cobrança para destravar Transnordestina

PÁG. 4

Pernambuco inicia Operação Verão 2026 com reforço de mais de 12 mil lançamentos das forças de segurança

Esquema começa neste sábado (5) e segue até março de 2027, com atuação integrada das polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e Grupamento Tático Aéreo, além de drone com tecnologia para emissão de alertas sonoros nas praias

DIVULGAÇÃO



A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS) inicia, neste sábado (5), a Operação Verão 2026/2027, com reforço do policiamento, das ações de prevenção e salvamento aquático e do atendimento policial nas praias do Estado. O esquema especial segue até 15 de março de 2027 e reúne Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Grupamento Tático Aéreo (GTA), com emprego de efetivo, embarcações, aeronaves e recursos tecnológicos.

O secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho, destacou a integração das forças durante a temporada: "Nossa responsabilidade é garantir que cada pessoa que chegue ao nosso Estado seja recebida com a segurança e a tranquilidade que merece. A Operação Verão 2026/2027 é nossa resposta a esse compromisso com efetivo em campo, helicóptero sobrevoando o litoral e todas as nossas forças integradas para que a temporada seja segura do primeiro ao último dia", declarou o gestor.

Somente a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) terá 10.695 lançamentos durante o período, com atuação das diretorias integradas Metropolitana, do Interior 1 e Especializada. O policiamento será realizado a pé, em bicicletas, viaturas e por grupamentos táticos, com distribuição estratégica ao longo do litoral Norte e Sul.

"O litoral pernambucano concentra 18 praias mapeadas que demandam atenção operacional especial durante a temporada por conta do seu potencial turístico, como Porto de Galinhas e Ipojuca. Para esses destinos, planejamos um incremento operacional ainda mais expressivo junto do Batalhão de Policiamento Turístico e do 18º Batalhão da Polícia Militar", pontuou o comandante do BPTur, tenente-coronel Cezar Belo.

Já a Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) contará com 1.863 lançamentos operacionais, reforçando o atendimento das delegacias nas principais áreas litorâneas do Estado: Itamaracá, Olinda, Boa Viagem, Maria Farinha, Piedade, Porto de Galinhas, Tamandaré e Ponta de Pedras, das 10h às 18h, aos finais de semana e feriados.

"Na temporada de verão, são comuns registros de extravio de documentos, subtração de celulares e furtos. Por isso, nossas equipes estarão dedicadas ao registro de ocorrências, lavratura de Autos de Prisão em Flagrante Delito, instauração de inquéritos e orientação preventiva ao público", afirmou o delegado Paulo Gondim, Diretor Integrado Metropolitano da Polícia Civil de Pernambuco.

Na prevenção e salvamento aquático, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), por meio do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar), terá 13 postos de guarda-vidas e cinco embarcações nos fins de semana. De segunda a sexta-feira, serão 12 postos e três embarcações. Para o feriadão da Independência, entre os dias 5 e 7 de setembro, o dispositivo será ampliado para 23 unidades táticas, sendo cinco embarcações.

Uma das novidades desta edição é o emprego de drone com tecnologia para emissão de sinais de alerta e avisos sonoros, que poderá auxiliar na orientação dos banhistas em situações de risco, com alertas sobre áreas perigosas, acionamento do número 193, consumo de bebidas alcoólicas, risco de queda em valas e possibilidade de ataques de animais marinhos.

"A Operação Verão representa um período de intensificação das ações do GBMar, principalmente nos dias e horários de maior movimentação nas praias. Nosso planejamento busca fortalecer a presença preventiva dos guarda-vidas, ampliar o monitoramento da orla e posicionar nossos recursos de forma estratégica, para que possamos identificar situações de risco o mais cedo possível e oferecer uma resposta rápida quando necessário. Mais do que atuar no salvamento, nosso objetivo principal é trabalhar para evitar que a emergência aconteça", destaca o comandante do Grupamento de BombeirosMarítimo,majorOtávio.

O Grupamento Tático Aéreo (GTA) também integra a operação com helicóptero nos litorais Norte e Sul da Região Metropolitana do Recife, com atuação prioritária aos sábados e domingos e ampliação da cobertura em janeiro de 2027. As aeronaves serão empregadas prioritariamente nas operações de salvamento aquático, em apoio ao GBMar.

Operação Golpe Duplo desarticula grupo suspeito de roubo, clonagem e comercialização de veículos na RMR

A Polícia Civil de Pernambuco deflagrou, na última quinta-feira (03), a Operação de Repressão Qualificada (ORQ) Golpe Duplo com o objetivo de desarticular uma organização criminosa armada suspeita de atuar de forma reiterada em roubos e furtos de veículos, adulteração de sinais identificadores e falsificação de documentos na Região Metropolitana do Recife. A ação foi coordenada pelo delegado Bruno de Ugalde, titular da Delegacia do Ipsep.

As investigações foram iniciadas em setembro de 2025 e apontaram para a existência de uma estrutura criminosa com atuação principalmente no Recife e em Camaragibe, responsável não apenas pela subtração dos veículos, mas por toda a cadeia de adulteração e posterior comercialização. Nesta fase, estão foram cumpridos quatro mandados de prisão e quatro mandados de busca e apreensão domiciliar. Durante as diligências, um dos alvos também foi preso em flagrante por adulteração de sinal identificador de veículo.

DIVULGAÇÃO



De acordo com o delegado Bruno de Ugalde, a investigação revelou uma organização dividida em diferentes etapas. "Nós identificamos um grupo especializado que não atuava apenas no roubo dos veículos. Havia uma cadeia estruturada: primeiro, ocorria a subtração; depois, a adulteração dos sinais identificadores; em seguida, a falsificação dos documentos para dar uma aparência de legalidade ao veículo; e, por fim, os receptadores adquiriam esses automóveis ou motocicletas adulterados e os colocavam novamente em circulação", explicou.

As diligências apontaram que a adulteração envolvia a troca de placas, remarcação de vidros e chassis e ocultação dos veículos subtraídos até a conclusão do processo de modificação. A investigação também identificou mecanismos de facilitação documental, com indícios de intermediação para a emissão de CRLVs falsos e aprovação fraudulenta em vistorias veiculares.

Parte das adulterações ocorria em desmanches e oficinas localizados em Camaragibe e na região de Aldeia. Em um dos locais alvo das diligências, os policiais encontraram diversas carcaças e peças de motocicletas, incluindo chassis e motores, que estariam sendo utilizadas no processo de alteração dos veículos. O material foi apreendido durante o cumprimento das medidas judiciais.

"As evidências demonstram uma atuação estável, coordenada e com divisão de tarefas. São indivíduos que apresentavam um nível elevado de periculosidade e que vinham sendo investigados por crimes praticados de forma reiterada. Com o trabalho de investigação, conseguimos identificar essa estrutura e retirar quatro pessoas de circulação. Ainda temos um alvo a ser localizado e as diligências continuam para que possamos cumprir esse último mandado", afirmou o delegado Paulo Berenguer, gestor da 3ª Desec.

A operação busca, ainda, identificar outros integrantes da organização, esclarecer a participação individual de cada investigado e alcançar os demais envolvidos na cadeia de receptação e comercialização dos veículos adulterados.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

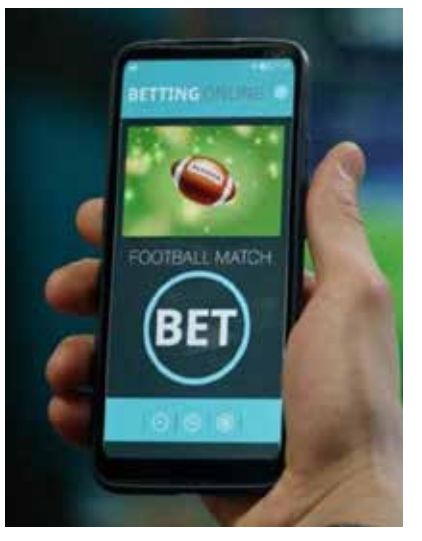
Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Procon-PE notifica 36 bets e intensifica fiscalização sobre proteção ao consumidor

O Procon-PE notificou 36 empresas de apostas de cota fixa, conhecidas como bets, para que comprovem o cumprimento das normas de proteção ao consumidor. Ao todo, 45 empresas foram identificadas pelo órgão, sendo nove notificações ainda em fase de emissão.

A fiscalização tem como base a Lei Federal nº 14.790/2023 e as regulamentações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF). Entre os principais pontos analisados estão a proteção de menores de 18 anos, o controle da publicidade, a prevenção ao jogo problemático e os mecanismos de auto exclusão.

"O crescimento do mercado de apostas exige do poder público uma atuação cada vez mais rigorosa na proteção do consumidor. Não se trata de impedir a atividade econômica regular, mas de assegurar que ela seja exercida dentro das regras, com responsabilidade e respeito aos direitos do cidadão. Estamos verificando se as empresas possuem mecanismos efetivos para impedir o acesso de menores, controlar a publicidade, prevenir o jogo problemático e garantir ao consumidor instrumentos como a autoexclusão", afirma Anselmo Araújo, Secretário Executivo de Justiça e Promoção dos Direitos do Consumidor.



As empresas deverão apresentar documentos e informações referentes a 46 itens de conformidade, incluindo autorização da SPA/MF, dados cadastrais, marcas e domínios utilizados, termos de uso, política de privacidade, regras das apostas, pagamentos e atendimento ao consumidor.

O órgão também vai verificar campanhas publicitárias e a participação de influenciadores, afiliados e outros terceiros, além das ferramentas utilizadas para identificar comportamentos de risco, estabelecer limites de apostas e perdas e prevenir situações de endividamento.

Outro ponto da fiscalização é a auto exclusão, com análise dos procedimentos para bloqueio das contas, impedimento de novos cadastros e interrupção do recebimento de publicidade.

Das 36 empresas notificadas, nove estão sediadas em Pernambuco e 27 fora do Estado. Após a formalização dos processos administrativos, as empresas terão 10 dias úteis para apresentar as respostas e documentos solicitados.

As informações serão analisadas pela equipe técnica do Procon-PE. Caso sejam constatadas irregularidades, poderão ser adotadas as medidas administrativas previstas na legislação.

Operação Independência: PRF reforça o combate à embriaguez ao volante em Pernambuco

Número de pessoas mortas em sinistros de trânsito provocados por ingestão de álcool aumentou de janeiro a julho de 2026



A Polícia Rodoviária Federal (PRF) iniciou à zero hora de sexta-feira (4) a Operação Independência 2026, a partir do reforço na fiscalização e nas ações de combate ao crime, para reduzir a violência no trânsito e reforçar a segurança nas rodovias federais de Pernambuco. Desta vez, o foco da operação, que vai até o final da segunda-feira (7), é o combate à embriaguez ao volante.

Neste feriado, a expectativa é de que haja um aumento na movimentação de veículos, principalmente na BR 101 Norte e Sul, que leva ao litoral de Pernambuco. As BRs 232, 407 e 428, que dão acesso ao Agreste e ao Sertão do estado, também tendem a apresentar um trânsito mais intenso nesse período.

Neste ano, entre os meses de janeiro e julho, a ingestão de álcool pelos condutores foi a principal causa de 77 sinistros nas rodovias federais de Pernambuco, que deixaram 82 pessoas feridas e nove mortas. No mesmo período do ano passado, foram registrados 65 sinistros por essa causa, com 67 feridos e quatro mortes.

A direção sob efeito de álcool provoca mudanças no comportamento dos condutores e aumenta a chance de colisões graves no trânsito. O objetivo da operação é, além da fiscalização, conscientizar os motoristas sobre os riscos que a prática pode trazer para ele e outras pessoas que transitam pelas rodovias.

Dirigir sob a influência de álcool é infração de trânsito gravíssima pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com penalidade de multa de R$2.934,70, sete pontos na carteira de habilitação e suspensão do direito de dirigir por doze meses. Além disso, o motorista embriagado pode ser detido, dependendo da quantidade de álcool presente no organismo. Apesar da proibição, as estatísticas de infrações de trânsito por alcoolemia também tiveram alta de janeiro a julho de 2026. Nesse período, foram realizados 108.562 testes com o etilômetro, que resultaram em 1.079 autuações, sendo 979 por recusa e 100 por constatação, além de 75 prisões de motoristas sob efeito de álcool. No mesmo período do ano anterior, foram realizados 104.804 testes, que resultaram em 985 autuações (882 por recusa e 103 por constatação), além de 65 prisões.

NOVAS REGRAS

No mês passado, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definiu novas regras para a fiscalização de alcoolemia em todo o país. A resolução 1.031 do Contran inclui a triagem, conhecida por teste passivo, e a autuação por detecção de pelo menos dois sinais de embriaguez, procedimentos que já eram realizados pela PRF.

A resolução também estabelece procedimentos para a fiscalização quando há álcool residual no organismo do motorista e o uso de "drogômetros", aparelhos usados para detectar a condução de veículos sob influência de substâncias psicoativas. As mudanças da resolução começam a valer a partir de outubro de 2026.

Confira mais informações no link: https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/nacionais/2026/agosto/nova-resolucao-do-contran-consolida-praticas-da-prf-na-lei-seca-e-abre-caminho-para-uso-futuro-de-drogometros

DICAS PARA UMA VIAGEM EM SEGURANÇA:

- Faça a revisão do veículo;
- Descanse antes da viagem;
- Não consuma bebidas alcoólicas antes de dirigir;
- Utilize o cinto de segurança e os equipamentos obrigatórios;
- Respeite os limites de velocidade;
- Não use o celular ao volante;
- Só ultrapasse em local permitido e em condições de segurança;
- Para qualquer emergência em rodovias federais, ligue 191.

Senado zera 'taxa das blusinhas' nas remessas internacionais de até US$ 50

O Plenário do Senado aprovou na última quinta-feira (3) a medida provisória que põe fim à taxa das blusinhas. A MP 1.357/2026 zera o Imposto de Importação em compras internacionais de até US$ 50 (em torno de R$ 260). A proposta já havia passado na comissão mista na última quarta-feira (2) e no Plenário da Câmara, na tarde desta quinta. Agora, segue para sanção presidencial.

As compras internacionais continuam sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com alíquotas definidas pelos estados e pelo Distrito Federal.

DIVULGAÇÃO



JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

A relatora na comissão mista, senadora Leila Barros (PDT-DF), argumentou que a redução do Imposto de Importação nas compras de pequeno valor é uma medida de justiça tributária para os consumidores de menor renda.

— Nós sabemos quem são muitos dos brasileiros que utilizam essas compras de pequeno valor. São pessoas que procuram um produto mais barato, são famílias que precisam fazer o orçamento caber no final do mês, são trabalhadores que pesquisam preço, comparam alternativas e encontram no comércio eletrônico uma maneira de ampliar o poder de compra — disse Leila no Plenário, após a aprovação do texto.

Além da desoneração, Leila acrescentou regras para fiscalização e transparência das plataformas de comércio eletrônico, combate a fraudes e avaliação periódica dos efeitos da medida na economia brasileira. A intenção é proteger o comércio local.

Ela ressaltou que as alterações tiveram origem não só nas contribuições dos parlamentares – acolheu total ou parcialmente 9 das 112 emendas apresentadas ao texto na comissão mista –, mas também em contribuições da equipe econômica do governo federal e do setor produtivo.

Entre as mudanças promovidas pela relatora estão:

a isenção para medicamentos sem similar nacional destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas

a adoção de medidas contra a venda de produtos ilegais; avaliações periódicas dos impactos da desoneração no emprego, indústria, comércio, preços e arrecadação.

O texto altera o Decreto-Lei 1.804, de 1980, e autoriza o ministro da Fazenda a modificar as alíquotas do Imposto de Importação no Regime de Tributação Simplificada (RTS)

As alíquotas poderão ser reduzidas a zero na faixa de tributação de até US$ 50, e a 30% na faixa de tributação de até US$ 3 mil. A legislação anterior estabelecia alíquota mínima de 20% para as remessas de até US$ 50 e de até 60% para as compras de até US$ 3 mil (incluindo ICMS).

O Ministério da Fazenda também fica autorizado a estabelecer alíquotas diferentes conforme a forma de transporte da encomenda (remessa postal ou expressa) e a adesão da plataforma ao programa de conformidade da Receita Federal. A remessa postal é aquela transportada pelos Correios, enquanto a remessa expressa é enviada por empresas privadas de courier, em serviço aéreo ou com entrega porta a porta. A inclusão desse dispositivo não modifica imediatamente a tributação, mas permite que o governo diferencie futuramente as alíquotas aplicadas a cada modalidade.

Ainda conforme o texto aprovado, o Executivo poderá estabelecer limites de quantidade ou de frequência para o uso da alíquota reduzida nas compras destinadas a pessoas físicas. Também poderá definir critérios para impedir o fracionamento artificial de remessas e o uso do regime em operações comerciais ou de revenda.

Outra mudança da comissão mista, confirmada por Câmara e Senado, permite usar a taxa de câmbio vigente na data da compra para calcular o valor das mercadorias adquiridas em plataformas habilitadas no programa de conformidade. Atualmente, a variação cambial entre a compra e a nacionalização da mercadoria pode alterar o valor considerado para fins tributários.

MEDICAMENTO

Entre as emendas acolhidas está a do senador Dr. Hiran (PP-RR) que zera o Imposto de Importação de medicamentos sem similar nacional adquiridos por pessoas físicas para uso próprio no tratamento de doenças raras ou negligenciadas. Esses produtos também ficarão fora dos limites de valor previstos no Regime de Tributação Simplificada. Para ter direito ao benefício, o medicamento deverá ser classificado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como "sem similar no Brasil".

Os critérios e os procedimentos para garantir a isenção serão regulamentados pelos órgãos competentes. A medida começará a produzir efeitos até 180 dias após a publicação da lei.

IMPACTO ECONÔMICO

O texto determina que o Ministério da Fazenda avaliará periodicamente os efeitos econômicos da tributação das remessas internacionais. O primeiro levantamento deverá ser concluído e publicado em até três meses. Os demais deverão ser realizados em intervalos de, no máximo, seis meses.

A análise deverá considerar:

- os impactos sobre emprego e renda, especialmente nos setores que empregam mais trabalhadores;
- a competitividade da indústria e do comércio varejista;
- os preços dos produtos de consumo popular;
- o volume, o valor e a origem das remessas internacionais;
- as diferenças tributárias e concorrenciais entre os produtos importados e os nacionais;
- os efeitos sobre a arrecadação federal e estadual.

O acompanhamento deverá abranger obrigatoriamente os setores têxtil, de vestuário, calçados, acessórios, brinquedos e cosméticos. O Ministério da Fazenda terá até 15 dias, após a conclusão de cada avaliação, para publicar o relatório.

O Congresso Nacional também deverá realizar uma avaliação anual do regime. Para isso, o Poder Executivo terá de apresentar, até 30 de abril de cada ano, um relatório com os valores arrecadados, os impactos na indústria e no comércio e a estimativa de renúncia de receitas para o ano seguinte. O objetivo das avaliações é gerar um banco de dados para que Executivo e Legislativo busquem caminhos para avançar na isonomia tributária para a indústria e o comércio nacional.

RESPONSABILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS

O texto aprovado também busca ampliar a responsabilidade das plataformas de comércio eletrônico e dos operadores logísticos.

As empresas habilitadas no programa de conformidade deverão adotar mecanismos para identificar indícios de subfaturamento, fracionamento artificial de encomendas e ocultação do remetente. Entre as providências exigidas estão a rastreabilidade dos vendedores estrangeiros, o monitoramento de padrões anormais de remessas, a manutenção de registros eletrônicos e a cooperação com o Fisco.

As plataformas também terão que verificar os dados cadastrais dos vendedores, incluindo CPF ou CNPJ, contas bancárias, carteiras digitais e outros meios de pagamento associados. Deverão ainda oferecer canais para denúncias de produtos ilegais ou que violem direitos de propriedade intelectual, retirar ofertas irregulares e suspender vendedores infratores.

As empresas serão obrigadas a cooperar com as autoridades e a apresentar relatórios trimestrais ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual. O descumprimento poderá resultar em advertência, multa, suspensão temporária e, nos casos mais graves ou reiterados, proibição de operar no mercado brasileiro.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

A ECONOMIA VAI DITAR AS ELEIÇÕES NO BRASIL

A economia será o principal fator para definir a eleição presidencial de 2026. E, para o presidente Lula, o cenário exige atenção. Se o governo não der um sinal claro de responsabilidade fiscal e compromisso com o equilíbrio das contas públicas, poderá colocar em risco sua reeleição e até abrir caminho para uma derrota eleitoral.

O problema fiscal não é apenas uma questão para o mercado financeiro. Quando aumenta a desconfiança sobre as contas públicas, os efeitos chegam à economia real: juros mais altos, crédito mais caro, menor investimento e maior dificuldade para empresas e famílias.

E apenas ampliar o crédito não resolve. Mais da metade da população brasileira está endividada. Oferecer novos empréstimos a quem já enfrenta dificuldades financeiras pode apenas aumentar o problema. O Brasil precisa aumentar renda e produtividade, e não simplesmente estimular o consumo financiado.

A saída passa por responsabilidade fiscal para cumprir as metas, controlar o crescimento da dívida e recuperar a confiança na economia. Mas isso precisa estar acompanhado de um novo plano nacional de desenvolvimento.

O Brasil precisa olhar para a nova economia e aproveitar suas



vantagens competitivas: agronegócio, tecnologia, energia, inovação e indústria. Precisamos produzir mais, agregar valor, gerar empregos qualificados e preparar os trabalhadores para as novas profissões.

Também é necessário mudar a lógica de parte dos programas de assistência social. É fundamental proteger quem precisa, mas a política social não pode se limitar a apoiar permanentemente. Deve também criar caminhos para a autonomia, com qualificação profissional, cursos, educação financeira, acesso à tecnologia e conexão com oportunidades de trabalho.

O desafio é transformar assistência em oportunidade.

Em 2026, o eleitor não vai votar apenas olhando para ideologia ou para a polarização política. Vai olhar para o preço dos alimentos, o emprego, os juros, as dívidas e a capacidade de pagar as contas.

Se Lula conseguir combinar responsabilidade fiscal, crescimento, emprego e inclusão social, terá condições de defender seu projeto. Se não conseguir transmitir confiança sobre o futuro da economia, poderá descobrir que o maior adversário de sua reeleição não estará necessariamente no palanque da oposição, mas no bolso do eleitor.

A economia pode ditar as eleições no Brasil.

Antônio Campos leva ao Ministério Público de Contas da União cobrança para destravar Transnordestina

O advogado e escritor Antônio Campos despachou nesta quinta-feira (3), no Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), uma representação que pede medidas para destravar as obras do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, entre Salgueiro e Suape.

A iniciativa busca por avanços concretos na execução do empreendimento. Para Campos, Pernambuco não pode ficar restrito à produção de estudos e análises enquanto as obras permanecem sem o avanço necessário.



Na representação, o advogado pede acompanhamento especial das decisões que mantêm restrições à execução física do trecho Salgueiro–Suape. A avaliação apresentada é de que a manutenção prolongada dessas restrições provoca insegurança jurídica e econômica, além de afetar a competitividade do Porto de Suape e comprometer potenciais investimentos privados e o planejamento logístico do Nordeste. O documento também cita novos estudos apresentados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que apontam Valor Social Presente Líquido estimado em R$ 4,76 bilhões e Taxa de Retorno Econômico de 15,53% para o empreendimento.

Apesar dos novos indicadores de viabilidade econômica, a defesa de Campos é para que os resultados dos estudos sejam transformados em ações concretas. Entre os pedidos apresentados está a reavaliação da vedação à emissão de ordens de serviço para as obras e a possibilidade de liberação progressiva de lotes considerados tecnicamente aptos.

A proposta é que a fiscalização dos órgãos de controle ocorra simultaneamente à retomada dos serviços, evitando que as exigências de controle sejam utilizadas como justificativa para uma paralisação prolongada. Para Antônio Campos, a Transnordestina representa uma infraestrutura estratégica para Pernambuco, especialmente pela possibilidade de fortalecer a conexão entre o interior do Estado e o Porto de Suape.

"A Transnordestina deve ser fiscalizada, corrigida e aprimorada, não podendo ficar travada. E deve ser concluída", afirmou Campos.

Em novo despacho realizado nesta quinta-feira no Ministério Público de Contas, o advogado reforçou que o objetivo da representação é justamente tirar a discussão do campo dos estudos e levar o empreendimento para a etapa de execução.

"Não basta estudar a Transnordestina. Pernambuco precisa da obra. É preciso destravar os trechos tecnicamente aptos, com fiscalização, transparência e responsabilidade, mas sem permitir que a ferrovia continue indefinidamente parada", defendeu.

O trecho Salgueiro–Suape é considerado estratégico para a logística pernambucana. A conclusão da ligação ferroviária poderá ampliar as alternativas para o transporte de cargas, fortalecer o Porto de Suape, reduzir custos logísticos e aumentar a integração de Pernambuco com outros estados do Nordeste.

A representação de Antônio Campos agora busca a atuação do Ministério Público de Contas no acompanhamento das decisões relacionadas ao empreendimento e na avaliação de alternativas que permitam a retomada progressiva das obras.

A cobrança é direta: fiscalização, sim; paralisação indefinida, não. Para Campos, Pernambuco precisa transformar os estudos e projetos da Transnordestina em obra efetivamente executada.

"Viva Pernambuco. A Transnordestina precisa ser concluída e colocada a serviço do desenvolvimento do nosso Estado e do Nordeste", concluiu.



ARTIGO

POR DYOGO BASTOS

JORNALISTA

ENTRE A ESPERA E O CUIDADO: OS DESAFIOS OCULTOS, O PANORAMA SOCIAL E OS CAMINHOS PARA A SAÚDE MENTAL NO SUS

No Brasil, a busca por atendimento psicológico ou psiquiátrico na rede pública transformou-se em um teste diário de resistência. Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) disponha de uma das diretrizes mais humanizadas e progressistas do mundo para a atenção psicossocial, a disparidade entre a teoria da legislação e a prática cotidiana nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) expõe uma crise estrutural de grandes proporções. A urgência do tema reflete-se em indicadores estatísticos alarmantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 9,3% da população brasileira convive com algum transtorno de ansiedade, o que coloca o país na liderança absoluta de prevalência na América Latina e no topo das estatísticas mundiais, enquanto a depressão já afeta diretamente mais de 5,8% dos brasileiros. Esse contingente massivo de pessoas em sofrimento psíquico desembarcou massivamente nas portas da rede pública, pressionando uma estrutura comunitária que já operava no limite de sua capacidade operacional e financeira.

O IMPACTO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS E O ADOECIMENTO COLETIVO

Para compreender a magnitude da demanda que atinge o SUS, é preciso analisar o sofrimento psíquico além do prisma individual ou biológico. A saúde mental é profundamente influenciada pelas condições materiais de vida. A precarização do mercado de trabalho, a insegurança alimentar, o endividamento das famílias e a exposição contínua à violência urbana atuam como gatilhos permanentes para o esgotamento emocional e o desenvolvimento de transtornos graves. Grupos em situação de maior vulnerabilidade social, como jovens da periferia, mulheres provedoras de lares monoestruturados, populações negras e povos originários, enfrentam barreiras ainda mais complexas para acessar o cuidado. Quando o tecido social se degrada, o impacto recai diretamente sobre a saúde mental coletiva, fazendo das unidades de saúde a última linha de defesa contra o colapso socioemocional de comunidades inteiras.

A DINÂMICA DA REDE: O FUNIL DO ATENDIMENTO E O FANTASMA DO SUBFINANCIAMENTO

A degradação do atendimento manifesta-se em cada etapa da assistência no SUS. Na Atenção Primária, representada pelas UBSs e pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), falta capacitação técnica continuada para realizar triagens eficientes e o manejo inicial do sofrimento psíquico. Isso faz com que a demanda represada transborde sem filtro para a Atenção Especializada — os CAPS —, onde a escassez crônica de profissionais gera gargalos em que a espera por uma simples consulta com um psiquiatra pode ultrapassar seis meses. Durante esse longo intervalo de desassistência, quadros leves e moderados frequentemente se agravam de forma drástica, desencadeando crises agudas que culminam em surtos ou comportamentos autodestrutivos. Essa falha no acompanhamento preventivo gera um efeito dominó: as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e as emergências hospitalares acabam sobrecarregadas com casos que poderiam ter sido estabilizados no território. A escassez de leitos psiquiátricos estruturados em hospitais gerais para internações de curta duração apenas aprofunda o drama das famílias que buscam socorro imediato. Essa fragilidade dialoga diretamente com o subfinanciamento histórico do setor. Desde a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001), o Brasil assumiu o compromisso ético de priorizar o modelo comunitário, aberto e territorial, em substituição à lógica de isolamento dos antigos manicômios. No entanto, o repasse orçamentário para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) não acompanhou a expansão populacional nem a complexidade dos novos diagnósticos, resultando em alta rotatividade de profissionais sob contratos precários, falta de insumos e infraestruturas físicas sucateadas.

O DESAFIO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E O ACOLHIMENTO EM LIBERDADE

Outro ponto crítico da crise da saúde mental no SUS reside na atenção aos usuários de álcool e outras drogas. O modelo de atenção focado na redução de danos e no acompanhamento comunitário através dos CAPS AD (Álcool e Drogas) enfrenta constantes disputas políticas e orçamentárias. A falta de investimentos em estruturas comunitárias com funcionamento 24 horas deixa lacunas assistenciais que muitas vezes são preenchidas por abordagens punitivas ou de isolamento involuntário. Garantir que a rede pública ofereça um projeto terapêutico singular, focado na reinserção social, no trabalho e no resgate da cidadania dos usuários, é um dos desafios mais urgentes para assegurar a efetividade da reforma psiquiátrica na prática diária.

CAMINHOS E SOLUÇÕES PARA A RESTAURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA RAPS

Superar esse cenário desafiador exige um conjunto coordenado de políticas públicas que combinem vontade política, gestão orçamentária eficiente, inovação tecnológica e forte base comunitária:

Ampliação e descentralização do financiamento da RAPS: É indispensável recompor e expandir o orçamento federal e estadual destinado à RAPS, garantindo a ampliação do número de CAPS III e CAPS AD III (com leitos de acolhimento noturno e funcionamento 24 horas). Além disso, é urgente criar planos de cargos, carreiras e salários para fixar psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais no sistema público.

Matriciamento e capacitação da atenção primária: Implementar o atendimento compartilhado (matriciamento), onde equipes especializadas em saúde mental orientam e suportam diretamente os profissionais das UBSs. Capacitar a ponta do sistema para diagnosticar, acolher e tratar casos leves e moderados reduz drasticamente o encaminhamento desnecessário aos CAPS, aliviando a pressão sobre a atenção especializada.

Inclusão estratégica da telessaúde e ferramentas digitais: Regulamentar e expandir o uso da telessaúde (telepsicologia e telepsiquiatria) no âmbito do SUS, criando centros regionais de apoio para atender municípios de pequeno porte e áreas rurais isoladas que sofrem com desertos médicos e a ausência completa de especialistas.

** Integração intersetorial e ações de prevenção: articular a saúde mental com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) — por meio dos CRAS e CREAS —, com a rede pública de educação e com os equipamentos de cultura e lazer. Desenvolver programas de promoção da saúde mental em escolas e ambientes de trabalho combate as causas na raiz e reduz a sobrecarga do sistema de saúde a longo prazo.*

** Fortalecimento do controle social e participação comunitária: Reativar e valorizar os conselhos de saúde e as associações de usuários e familiares na gestão dos serviços. A escuta ativa daqueles que utilizam o sistema no dia a dia é fundamental para ajustar as práticas terapêuticas às reais necessidades de cada território. A construção de um cuidado integral, humanizado e ágil com a saúde mental é um pilar indispensável para a dignidade humana e para a sustentabilidade da saúde pública no Brasil. Apenas com financiamento robusto, inovação na gestão e o fortalecimento irreversível da rede comunitária será possível transformar o direito universal à saúde em uma realidade palpável para milhões de brasileiros.*

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

PERNAMBUCO VOLTA AO EMPATE E SENADO COMEÇA A SEPARAR OS PELOTÕES

A principal notícia política da semana não veio de um ato de campanha, de uma nova aliança ou de um palanque. Veio das pesquisas. Depois de agosto terminar com Raquel Lyra à frente de João Campos no Datafolha, a nova rodada do Real Time Big Data recolocou a eleição para o Governo de Pernambuco no ponto mais sensível para qualquer campanha: o empate.

Raquel e João aparecem com 43% cada no primeiro turno. No segundo turno, 44% para cada um. Na espontânea, novo empate: 23% para a governadora e 23% para o ex-prefeito do Recife. É um resultado que merece uma leitura mais profunda do que simplesmente afirmar que "a eleição está empatada".

A ELEIÇÃO MUDOU DE FASE.

Até algumas semanas atrás, o debate era sobre a recuperação de Raquel Lyra. Depois do Datafolha, passou-se a discutir se a governadora havia assumido definitivamente a liderança. Agora, o Real Time mostra que nenhuma das duas candidaturas conseguiu consolidar uma vantagem. O cenário é de disputa aberta.

A VANTAGEM DE RAQUEL EXISTIU, MAS AINDA NÃO VIROU CONSOLIDAÇÃO

O Datafolha divulgado em 21 de agosto colocou Raquel Lyra com 47%, contra 40% de João Campos. Nos votos válidos, a governadora chegava a 52%, contra 44%, percentual que, naquele retrato, seria suficiente para uma vitória ainda no primeiro turno. Pouco mais de uma semana depois, o Real Time aponta 43% para cada um.

As pesquisas não devem ser lidas como uma corrida de cavalos, em que um levantamento "anula" o outro. Cada instituto tem metodologia, amostra e período de coleta próprios. Mas o conjunto dos números permite uma conclusão política: Raquel avançou muito em relação ao início do ano, mas ainda não conseguiu transformar esse crescimento em uma liderança incontestável.

O mesmo vale para João. Ele perdeu a condição de favorito absoluto que tinha em levantamentos anteriores, mas também demonstrou capacidade de se manter no centro da disputa. Hoje, a eleição para governador tem dois candidatos reais e uma margem mínima para erro.

Os votos válidos afastam, por enquanto, a hipótese de vitória no primeiro turno

No Real Time, João e Raquel aparecem com 46,2% dos votos válidos cada um. Os demais candidatos dividem os percentuais restantes. Esse é um dado politicamente relevante. A pesquisa mostra que nenhum dos dois está próximo de uma vitória no primeiro turno.

Isso muda o planejamento das campanhas. Uma candidatura que trabalha com a perspectiva de vencer diretamente no primeiro turno pode adotar uma estratégia mais ampla, voltada para manutenção de vantagem. Já uma eleição com segundo turno praticamente inevitável exige outro comportamento: organização de rejeições, alianças futuras e disputa pelo eleitor que não está rigidamente posicionado. E é aí que entra o principal problema dos dois candidatos.

A REJEIÇÃO CONTINUA SENDO UM PONTO DE VULNERABILIDADE

O Real Time Big Data aponta Raquel Lyra com 41% de rejeição e João Campos com 36%. No Datafolha, os números eram diferentes: 32% diziam não votar em João de jeito nenhum, enquanto 29% afirmavam o mesmo em relação a Raquel. Há, portanto, variação relevante entre os institutos.

Mas a mensagem política é semelhante: nem Raquel nem João têm hoje uma candidatura sem resistência. Raquel tem o desafio de uma rejeição elevada no Real Time. João, por sua vez, aparece com rejeição maior que a da governadora no Datafolha.

Isso transforma o segundo turno em um território particularmente imprevisível. Em uma eleição tão equilibrada, não basta conquistar voto. É preciso impedir que o adversário transforme rejeição em mobilização.

RAQUEL TEM APROVAÇÃO, MAS A APROVAÇÃO NÃO ELIMINA A REJEIÇÃO

Talvez a contradição mais interessante do atual cenário esteja na situação da governadora. O Real Time aponta 60% de aprovação para o Governo Raquel Lyra, contra 38% de desaprovação. O Datafolha, divulgado em agosto, também mostrou uma avaliação positiva da gestão: 50% classificavam o governo como ótimo ou bom e 18% como ruim ou péssimo.

Isso dá à governadora um ativo eleitoral importante. Mas existe uma diferença entre aprovar um governo e votar obrigatoriamente na governadora. Parte do eleitorado pode reconhecer resultados administrativos e, ainda assim, optar por outro candidato. É exatamente por isso que a aprovação de 60% não se traduz automaticamente em 60% de intenção de voto.

RAQUEL AINDA PRECISA CONVERTER AVALIAÇÃO DE GOVERNO EM VOTO CONSOLIDADO

Do outro lado, João Campos tinha um problema político evidente depois da divulgação do Datafolha. A pesquisa de 47% a 40% criava a narrativa de que Raquel havia virado a eleição. A nova rodada do Real Time impede sa consolidação. João volta ao empate.

Politicamente, isso é importante para o PSB porque reduz a pressão de uma campanha que começava a ser cobrada por uma reação. Mas João também precisa fazer uma leitura cuidadosa. Empatar não significa recuperar a vantagem. A campanha de João precisa demonstrar capacidade de crescer.

Raquel, por outro lado, precisa impedir que o empate se transforme novamente em vantagem para o adversário.

A estratégia de Raquel: Pernambuco acima da eleição nacional

Um dos acontecimentos políticos relevantes da semana foi a sabatina da governadora ao UOL/Folha. Raquel evitou declarar apoio a um candidato à Presidência e resumiu sua estratégia em uma frase: "Sou pernambuquista". A posição não é apenas retórica.

Ela revela uma tentativa clara de estadualizar a eleição e evitar que a disputa pelo Governo de Pernambuco seja completamente engolida pela polarização nacional. Raquel também destacou o relacionamento institucional com o governo federal e afirmou que pretende manter essa postura independentemente de quem vencer a eleição presidencial.

Essa talvez seja uma das principais estratégias da governadora. Raquel sabe que Lula continua muito forte em Pernambuco. Portanto, uma tentativa de enfrentar diretamente o lulismo poderia reduzir seu espaço eleitoral. A alternativa é construir uma candidatura própria, com a tese de que o eleitor pode separar o voto para presidente do voto para governador.

É uma estratégia politicamente inteligente. A pergunta é se funcionará até outubro.

O SENADO COMEÇA A DESENHAR UMA LÍDER

Se a disputa pelo Governo voltou ao empate, o Senado apresenta um movimento diferente. A nova pesquisa Real Time Big Data coloca Marília Arraes com 29%, numericamente à frente de Mendonça Filho, com 20%, e Humberto Costa, com 19%. Os dois estão tecnicamente empatados na disputa pela segunda posição. Eduardo da Fonte aparece com 13% e Túlio Gadêlha com 12%.

Aqui é preciso fazer uma observação metodológica e política importante. Em Pernambuco, estão em disputa duas vagas para o Senado. Portanto, a lógica não é simplesmente a de uma corrida por uma única cadeira. O eleitor pode escolher dois nomes. Isso abre espaço para voto cruzado e dificulta a previsão.

Ainda assim, a repetição da liderança de Marília em diferentes levantamentos começa a produzir um fato político: Marília deixou de ser apenas uma candidata competitiva e passou a ocupar uma posição de favorita a uma das duas vagas. Isso não significa eleição ganha. Mas significa que os adversários precisarão disputar a segunda vaga olhando também para a liderança dela.

MENDONÇA E HUMBERTO: A VERDADEIRA BATALHA DO SENADO

O grande confronto, neste momento, parece estar entre Mendonça Filho e Humberto Costa. O Real Time coloca Mendonça com 20% e Humberto com 19%, dentro da margem de erro de dois pontos.

No Datafolha de agosto, o cenário era ainda mais embolado: Marília tinha 15%, Humberto 14%, Mendonça 12% e Eduardo da Fonte 11%. Os quatro estavam tecnicamente empatados. A diferença entre os dois levantamentos demonstra uma eleição extremamente móvel.

Mas a nova pesquisa traz uma sinalização importante: Mendonça parece ter encontrado espaço eleitoral para disputar de forma mais direta uma das vagas. Isso tem relação com o perfil ideológico da eleição. Mendonça ocupa com maior clareza o campo bolsonarista e da direita. Humberto representa o campo petista e tenta a reeleição.

Se Marília continuar na liderança, a eleição pode se transformar numa disputa muito clara entre esses dois campos pela segunda cadeira.

EDUARDO DA FONTE E TÚLIO AINDA ESTÃO NO JOGO

Seria um erro político considerar Eduardo da Fonte e Túlio Gadêlha fora da disputa. Eduardo aparece com 13% e Túlio com 12% no Real Time. A margem de erro é de dois pontos. Os dois estão suficientemente próximos para crescer.

Eduardo tem um ativo tradicional da política pernambucana: estrutura e capilaridade. Túlio possui visibilidade e pode buscar crescimento a partir de um eleitorado urbano e mais identificado com a campanha de Raquel Lyra. Mas ambos têm um desafio: transformar presença política em voto consolidado.

No Senado, o chamado segundo voto pode ser decisivo. Um eleitor pode votar, por exemplo, em Marília e Mendonça. Ou Humberto e Eduardo. Ou Túlio e Marília. As chapas ajudam, mas não controlam completamente o comportamento eleitoral.

O SENADO CONTINUA MAIS ABERTO DO QUE PARECE

O Datafolha trouxe um dado que ajuda a compreender o tamanho da indefinição. Na pesquisa espontânea para o Senado, 72% dos eleitores disseram não saber em quem votar.

E significa que a eleição para o Senado pode sofrer mudanças importantes com o avanço da campanha, exposição no rádio e televisão, debates e mobilização regional. A segunda vaga, porém, permanece completamente aberta. E talvez até a primeira vaga esteja menos consolidada do que os 29% do Real Time sugerem.

O BASTIDOR DA SEMANA: A CAMPANHA COMEÇA A ENDURECER

Outro fato relevante dos últimos dias foi o aumento da tensão no ambiente eleitoral. Raquel Lyra denunciou a circulação de cartazes apócrifos que a responsabilizavam pela morte do marido, Fernando Lucena. A governadora classificou o episódio como cruel e informou ter acionado autoridades para investigar a origem do material.

O episódio é um sinal de que a eleição começa a entrar em uma fase mais agressiva. Até agora, a disputa entre Raquel e João vinha sendo marcada principalmente pela comparação entre governos, obras, apoios e pesquisas. A tendência é que, com a campanha avançando, aumentem as disputas de narrativa.

E isso é particularmente importante em uma eleição empatada. Quando dois candidatos estão separados por poucos pontos, qualquer fato com capacidade de gerar rejeição pode ter impacto político.

MINHA LEITURA POLÍTICA DA SEMANA

A semana terminou com cinco conclusões.

Primeira: Raquel Lyra não perdeu o crescimento que teve, mas perdeu a exclusividade da narrativa de liderança. O Datafolha a colocou sete pontos à frente. O Real Time devolveu a eleição ao empate.

Segunda: João Campos resistiu. A nova pesquisa interrompe a percepção de uma virada consolidada da governadora, mas ainda não demonstra que João recuperou a condição de favorito.

Terceira: a rejeição será decisiva. Os dois principais candidatos carregam resistência relevante. Em uma eventual segunda etapa, quem conseguir reduzir rejeição terá enorme vantagem.

Quarta: a aprovação do governo é o principal ativo de Raquel. Com 60% de aprovação no Real Time e avaliação positiva também no Datafolha, a governadora tem uma base administrativa forte para sustentar a campanha. Mas aprovação ainda precisa virar voto.

Quinta: Marília Arraes começa a se destacar no Senado, enquanto a segunda vaga se transforma em uma guerra de posicionamento entre Humberto Costa, Mendonça Filho e, ainda próximos, Eduardo da Fonte e Túlio Gadêlha.

CONCLUSÃO

Hoje, a eleição em Pernambuco tem duas características completamente diferentes. Para o Governo, há uma polarização absoluta entre Raquel Lyra e João Campos. Não existe, até agora, uma terceira candidatura com capacidade de interferir decisivamente na disputa. A eleição é dos dois.

Para o Senado, há uma liderança, mas não há uma definição. Marília aparece melhor posicionada, enquanto a segunda cadeira está aberta e pode ser decidida pela capacidade de cada candidatura de conquistar o segundo voto do eleitor.

A grande questão das próximas semanas será saber se o empate entre Raquel e João é apenas uma fotografia momentânea ou o retrato definitivo de uma eleição que caminha para um segundo turno. Hoje, a política pernambucana não tem favorito absoluto.

Tem uma eleição em que Raquel possui o ativo da aprovação administrativa, João tem uma estrutura política consolidada e o Senado continua sendo o terreno mais imprevisível da disputa de 2026. E, numa eleição tão equilibrada, a próxima pesquisa pode não apenas medir votos. Pode mudar completamente o discurso de cada campanha.

Prefeitura de Olinda abandona ruas e idosos acabam vítimas de crateras e buracos

A queda de uma idosa de 84 anos em uma cratera na Rua Taguari, em Cidade Tabajara, é mais um retrato do abandono e da falta de cuidado da Prefeitura de Olinda com a população.

Maria da Penha caminhava pela rua quando caiu no enorme buraco. Aos 84 anos, ela deveria encontrar condições mínimas de segurança para caminhar pelo bairro onde mora há cerca de 50 anos. Mas, em vez de uma rua conservada e segura, encontrou uma verdadeira armadilha.

A pergunta que fica é simples: onde está a Prefeitura de Olinda?

Não é possível tratar o caso como um simples acidente. Maria da Penha não caiu por acaso. Ela caiu em um buraco que está na rua e que deveria ter sido identificado, isolado e resolvido pelo poder público antes de colocar a vida de qualquer pessoa em risco.

E este não é um caso isolado.

Em Jardim Brasil, outro idoso também foi vítima do abandono das ruas da cidade. O acidente aconteceu na Rua Feira de Santana, onde o homem caiu em um buraco e sofreu uma grave lesão no fêmur.



Dois idosos. Dois acidentes. Duas histórias que poderiam ter sido evitadas.

Até quando a população de Olinda terá que pagar, com a própria saúde e integridade física, pela incapacidade da Prefeitura de fazer o mínimo?

A conservação das ruas não é favor, propaganda ou obra extraordinária. É obrigação básica de uma administração municipal. Tapar buracos, recuperar calçadas, manter vias transitáveis e garantir segurança para pedestres são responsabilidades elementares de qualquer prefeitura.

Mas o que se vê em diferentes pontos de Olinda é uma população abandonada à própria sorte. Buracos aumentam, ruas se deterioram e moradores precisam improvisar caminhos para não cair, enquanto a resposta do poder público não acompanha a gravidade dos problemas.

O resultado desse descaso é cruel. Uma pessoa jovem pode sofrer uma queda e se machucar. Para um idoso, porém, uma queda pode significar fraturas, cirurgia, internação, perda de mobilidade e até consequências permanentes.

Mesmo assim, a Prefeitura de Olinda parece incapaz de garantir algo básico: que um idoso consiga caminhar pela própria rua sem correr o risco de cair em uma cratera.

Maria da Penha mora há meio século na Rua Taguari. Aos 84 anos, depois de uma vida inteira no mesmo endereço, acabou vítima de um problema que poderia ser resolvido com manutenção.

Na Rua Feira de Santana, em Jardim Brasil, outro idoso já havia sofrido as consequências da mesma negligência, com uma lesão no fêmur após cair em um buraco.

Quantos acidentes ainda serão necessários?

A Prefeitura de Olinda precisa parar de tratar a conservação das ruas como um problema secundário. Porque, enquanto buracos permanecem abertos e crateras se multiplicam, a população continua sendo exposta ao risco.

Em Olinda, o abandono das ruas deixou de ser apenas um problema de infraestrutura. Virou um problema de segurança e de saúde pública.

E o mais grave é que quem mais precisa de cuidado parece estar entre os mais esquecidos.

Idosos não deveriam ser obrigados a desviar de crateras para conseguir caminhar. Não deveriam cair em buracos por falta de manutenção. Não deveriam sofrer fraturas e correr o risco de perder a mobilidade porque a Prefeitura não consegue fazer o básico.

A situação é revoltante.

Quando o poder público não cuida das ruas, não previne acidentes e não resolve problemas conhecidos pela população, acaba empurrando literalmente os moradores para o buraco.

E, em Olinda, quem está pagando a conta desse descaso são os cidadãos, especialmente aqueles que deveriam receber mais atenção e proteção.

A pergunta permanece: será preciso esperar uma tragédia ainda maior para que a Prefeitura de Olinda decida, finalmente, fazer o mínimo?